

Capitalismo moribundo

Antonio Carlos de Moraes*

Resumo:

Após o esgotamento do boom no pós-guerra, as contradições do capitalismo têm aflorado sob diversas formas, que no nosso entendimento, revelam o esgarçamento das relações de produção capitalistas, num estágio de forte comprometimento do processo de valorização do capital. Neste artigo temos como objetivo apresentar os fenômenos que revelam esse comprometimento e que permitem pensar o capitalismo como um modo de produção moribundo.

Introdução

Alguns textos clássicos no campo da literatura marxista foram denominados pelos seus autores, com muita elegância, diga-se de passagem, com a indicação de que o capitalismo havia ingressado ou já estaria atravessando célere sua derradeira volta. Assim fizeram Lênin, com *Imperialismo, fase superior do capitalismo* em 1916 (Lenin, 1982), Steindl com *Maturidade e estagnação no capitalismo americano* (Steindl, 1983) em 1952 e Mandel com *Capitalismo tardio* (Mandel, 1982) em 1972. Embora cerca de sessenta anos separem a primeira da última obra, elas interpretam o capitalismo do século XX em seu estágio monopolista e vivenciando os problemas disso decorrente.

Lênin entendia o avanço imperialista como uma etapa da evolução do modo de produção capitalista que denunciava a prevalência da tendência declinante da taxa de lucro, impulsionando o capital do centro vital de acumulação a buscar, na sua periferia, forças contrárias para amenizar os efeitos das pressões sobre a taxa de lucro. Steindl, demonstrou como a concorrência capitalista conduzia inexoravelmente ao processo de concentração absoluta de capital, organizando a produção capitalista em setores oligopolizados, emperrando a engrenagem capitalista, com o desvio de parcelas significativas do excedente das empresas para verbas publicitárias e formação de capacidade ociosa estratégica, debilitando, assim, a dinâmica dos investimentos produtivos. Mandel identificou o capitalismo tardio como a etapa em que a contradição entre as relações de produção capitalista e o avanço das forças produtivas alcançava um estágio explosivo, ou seja, apresenta o delineamento de um quadro no qual o processo de produção perde a sustentação das relações sociais que lhe dá sustentação.

Contando com uma boa dose de inspiração desse conjunto de trabalhos, o apoio de outras leituras de textos mais recentes, bem como as reflexões que cruzam as análises aqui referidas com outras que serão oportunamente mencionadas, tentaremos, neste artigo, identificar questões-chave, que, dentro do nosso ponto de vista, representam obstáculos de difícil superação para que o modo de produção capitalista possa continuar atendendo

* Professor do Dep. de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP.

econômica e socialmente o que a humanidade precisa para sua reprodução em condições mínimas de dignidade. Esse quadro nos permite dizer, usando o recurso da metáfora, que estamos vivenciando neste início do século XXI, as agruras de um capitalismo **moribundo**.

A senilidade do capitalismo

Antes de identificarmos as questões-chave que suscitam enxergar o capitalismo atravessando uma fase agonizante, vamos dar conta de um trabalho recente, na mesma linha, com as mesmas preocupações do autor deste artigo, cujo teor absorve elementos centrais dos trabalhos clássicos, atualizando-os em aspectos importantes ao incorporar fenômenos atuais que, sob outras formas, continuam revelando as dificuldades centrais e imanentes do modo de produção capitalista. Falamos de um texto contemporâneo de Amin (2002), que, valendo-se também do recurso metafórico, denomina o atual estágio do capitalismo como *Capitalismo senil*.

Sua senilidade decorre, em primeiro lugar, das características da recente revolução tecnológica, que Mandel chama de “Terceira Revolução Industrial” em *O capitalismo tardio*. As revoluções anteriores tinham exigiam investimentos significativos à montante da cadeia de produção. Enquanto poupavam trabalho necessário para produzir uma determinada quantidade de mercadorias, deslocava a força de trabalho da produção direta de mercadorias voltadas ao consumo para a produção de equipamentos, ou seja, de bens de produção. Do outro lado, a nova revolução tecnológica, fundada na informática e na genética, permite, simultaneamente, a redução simultânea do trabalho socialmente necessário na produção direta de mercadorias para consumo e na produção de equipamentos (Amin, 2002, p.82). Podemos considerar com relação a este ponto levantado por Amin, uma forte aproximação à tese de Mandel sobre o capitalismo tardio, identificando um caráter explosivo na contradição entre o avanço das forças produtivas e as relações de produção capitalistas.

Para Amin, o capitalismo está “caduco”. No plano potencial ele mantém a pretensão de dominar o trabalho, porém, no plano do real, o trabalho só pode ser acionado pelo capital se prevalecer a lógica da rentabilidade, ou seja, se o “investimento” apresentar rentabilidade. Nos termos do próprio Amin, “...este funcionamento, excluindo da ocupação uma proporção crescente de trabalhadores potenciais (e, por isso, privando-os de qualquer rendimento) condena o sistema produtivo a contrair-se, se não necessariamente em termos absolutos, pelo menos só permite desenvolver-se a um ritmo de crescimento muito inferior àquele que a revolução tecnológica permitiria sem ela” (Amin, 2002: 82-3).

Um outro traço de senilidade identificado por Amin está na mudança na natureza do imperialismo. Na história de cinco séculos de imperialismo, que era um produto da disputa de diversos centros imperialistas em

concorrência, o capitalismo construiu e reproduziu uma assimetria desigual entre centro e periferia, entretanto, seu caráter conquistador incluía a exportação de capitais, estabelecendo novos conjuntos de produção na periferia, integrando assim as regiões e as populações que estavam fora de seu campo de ação. Na fase atual da mundialização do capital, o imperialismo vem revelando dois novos traços: ele tornou-se um imperialismo coletivo englobando a tríade – Japão, Europa e Estados Unidos – e exclui mais do que integra, na medida em que as transferências de capital da periferia para o centro superam em muito o fluxo das novas exportações do centro para a periferia (Amin, 2002: 86-8).

Ainda no campo da reprodução econômica, Amin (2002: 92-3) identifica como um terceiro traço da senilidade do capitalismo contemporâneo, as gigantescas devastações que ele produzirá na sua periferia, por conta da desigualdade na capacidade produtiva do *agro-business* face à produção tipicamente camponesa. Segundo Amin, a relação entre a produtividade da agricultura melhor equipada e a camponesa, que era de dez para um antes de 1940, atualmente, é de 2000 para um, lembrando que a agricultura camponesa reúne quase a metade da população mundial, ou seja, cerca de três milhões de pessoas. Dentro desses parâmetros, algo em torno de vinte milhões de fazendas modernas seriam suficientes para atender o consumo urbano ainda suprido pela produção camponesa, implicando num avanço dos grandes capitais do *agro-business* sobre as terras com os melhores solos das economias camponesas. Os que vivem nessa economia, “serão inexoravelmente eliminados no curto espaço de tempo de algumas dezenas de anos” (Amin, 2002: 93).

Na dimensão da superestrutura Amin identifica também alguns aspectos que revelam a senilidade do capitalismo (Amin, 2002: 95-7). O aspecto central encontra-se no plano ideológico, no qual ganha hegemonia a crença de que o “dinheiro se multiplica”, velando a referência à base produtiva, à fonte original e primordial de geração de valor. Neste quadro, as análises estruturais sobre o capitalismo, sobre suas contradições, são substituídas por proposições que refletem a ideologia liberal americana, como, “viver a sua época”, “gerir o cotidiano”. E a racionalidade dos mercados cumpre um papel fundamental na consolidação desse paradigma ideológico. Constatase de fato um recuo do pensamento burguês, que delinía uma área de fuga da trilha que permitiria a transgressão dos limites do universalismo burguês, que desemboca inevitavelmente na deslegitimação da política, no esvaziamento da prática democrática, dando vez às “palhaçadas eleitorais onde os desfiles de coristas substituem os programas, à moda da ‘sociedade do espetáculo’” (Amin, 2002: 96). Ainda na dimensão superestrutural

O capitalismo moribundo

Este artigo não tem a pretensão de se tornar um clássico e qualquer nesga de ousadia em constar ao lado desses trabalhos em algum rol bibliográfico. Muito ao contrário, queremos aproveitar esta oportunidade para reconhecer suas influências na nossa formação, apenas abdicando à tarefa de encontrar um termo elegante para designar como vemos o capitalismo no alvorecer do século XXI: **moribundo**.

Temos certeza que o mundo não precisa de economistas para ser avisado que o capitalismo vai indo mal. Aliás, é sempre um perigo quando as dificuldades são apontadas por algum deslize da mídia, fotografando os horrores da guerra ou informando sobre o desemprego e a miséria. Nesses momentos sempre surge um especialista em superficialidades para resgatar o otimismo dos assustados, prenunciando dias melhores porque os juros vão cair ou os índices que refletem o movimento das Bolsas de Valores vão apresentar crescimento. Ou ainda, alguma instituição conservadora inventa um prêmio para glorificar uma “mente brilhante” que acaba de elaborar um modelo matemático, tão preciso quanto distante da realidade com a qual a economia deveria se preocupar. A missão de desviar a atenção sobre a infelicidade e suas causas está então cumprida. Não é este nosso caso. O otimismo irreal precisa ser combatido e as teorias calcadas no positivismo conservador precisam ter seu espaço reduzido, para que as reflexões emancipadoras possam avançar, buscando a luz na realidade sombria, pois é aí que ela se encontra.

É com esta preocupação que passamos a apresentar argumentos, especificamente três, que no nosso entender indicam o esgotamento do capitalismo como formação social capaz de preservar a integridade da espécie humana, respeitando todos os indivíduos, independentemente da raça, da cor, do credo e da propriedade.

Argumento 1. Nem Estado, nem mercado

O capitalismo do século XIX desenvolveu-se sobre as bases do liberalismo – muito mercado e pouco Estado. Valendo-nos de categorias analíticas dos regulacionistas, podemos dizer que o processo de acumulação de capital nesse século apoiou-se nas seguintes formas estruturais:¹ Estado mínimo, voltado às funções previstas pela Economia Política Clássica, como a segurança nacional, a segurança de um indivíduo perante outros e a educação de base; os salários e os movimentos do capital sendo orientados pelo mercado e, o padrão ouro, como referência para a política monetária.

A idéia do “Estado mínimo” não estava solta no ar. Ela firmava-se na fundamentação teórica da “Lei de Say”, cujo corolário, sabidamente,

¹ Segundo Aglietta, um dos principais autores da Escola da Regulação, as **formas estruturais** podem ser definidas como “relações sociais complexas, organizadas em instituições, que são um produto histórico da luta de classes” (Aglietta, 1979: 11).

decretava que toda oferta criava sua própria demanda, sustentado por sua vez em uma instantaneidade do circuito compra e venda, graças ao papel primitivo atribuído ao dinheiro, de simples “veículo” do valor, que motivava o vendedor de um produto a comprar imediatamente outro, fugindo da ociosidade do dinheiro em permanecer em suas mãos.

A hegemonia do mercado, todavia, não foi alcançada espontaneamente, por força e obra do acaso. Polanyi enfatiza em *A grande transformação* (2004, capítulo 5), que foi por força da intervenção do Estado que o comércio interno desenvolveu-se na Europa Ocidental. Esse tipo de comércio circunscrevia-se em distritos organizados, que o praticavam localmente, como comércio de vizinhança, ou ainda como comércio de longa distância. Liberando o comércio dos limites da cidade, mais uma vez o Estado se faz presente, passando a se preocupar com o perigo do monopólio, o que impôs uma regulamentação da vida econômica em escala nacional, para garantir a competição. Destaca ainda Polanyi que as relações sociais gerais envolviam o sistema econômico e configuravam uma estrutura institucional controlada e regulada fortemente pela autoridade social, e nessa estrutura, o mercado, apesar de sua hegemonia como regulador dos movimentos do capital, da força de trabalho e da terra, tinha um caráter acessório. Mesmo com este caráter acessório, vale dizer, balizou o desenvolvimento do capitalismo ao longo do século XIX.

Essas considerações de Polanyi são de grande valia para evidenciar as íntimas relações entre Estado e mercado, devem ainda ser complementadas com uma reflexão sobre a quinta-essência do Estado, desse Estado tão zeloso pelo mercado, que tanto colaborou para o sucesso do desenvolvimento do capitalismo durante boa parte do século XIX. Em primeiro lugar, estamos falando do Estado moderno, ou seja, o Estado ao qual corresponde a propriedade privada moderna, o Estado que se entregou aos proprietários privados, de forma gradual, por meio dos impostos e das dívidas públicas, deixando de intervir sobre o desenvolvimento da propriedade, como entre os povos antigos, quando prevalecia a propriedade tribal. Emancipando-se da propriedade privada com relação à comunidade, “...o Estado adquiriu uma existência particular, a par, e fora, da sociedade civil; mas ele nada mais é do que a forma de organização que os burgueses se dão, tanto externa como internamente, para garantia mútua da sua propriedade e dos interesses (Marx e Engels, 1989: 69-70).

É justamente na Ideologia alemã, de onde foi extraída a passagem acima, que Marx e Engels lançam, não só o conceito de modo de produção, permitindo uma periodização da história e abrindo o caminho para uma análise totalmente nova da sociedade,² que reconhece as especificidades dos modos de produção. Fundam também, no mesmo texto, as bases para uma

² Segundo Gorender, (1989), é consenso entre os estudiosos do marxismo que *a ideologia alemã*, marcou o nascimento do materialismo histórico.

nova leitura do Estado moderno como um Estado de classe, no caso, um Estado burguês, engajado nos interesses da classe capitalista em garantir o processo de acumulação de capital. É esse Estado que realiza as articulações necessárias para constituir o mercado como instituição vital à reprodução do capital ao longo de quase todo o século XIX. Superando as tensões entre a proteção social herdada do período feudal, e os princípios organizadores do liberalismo econômico, o Estado foi criando as condições para que a terra, o capital e, por fim o trabalho, pudessem se tornar mercadorias sujeitas à lógica da oferta e da demanda.³

Malgrado esse esforço, antes mesmo do último quarto do século XIX, o “Estado mínimo” mostrou suas limitações como forma estrutural para dar suporte ao avanço do capitalismo. Segundo Arrighi (1996, capítulo 4), a Alemanha Imperial, criada em 1871, foi o epicentro de um contramovimento protecionista, inflamado por uma agitação socialista que atingia os trabalhadores e estimulado pela depressão de 1873-1879, que trouxe o desemprego, a queda no nível de atividade industrial e comercial, a queda dos preços da terra e uma crise tributária. Polanyi (2000, capítulo 18), confirma a mudança de rumo na Alemanha Imperial, na adoção do protecionismo. Segundo esse autor, por volta de 1886 a Alemanha já adotava tarifas protetoras, organizava cartéis, implantava um amplo sistema de seguro social e praticava uma política colonial agressiva, abandonando assim o seio, não tão aconchegante mais, do *laissez faire*. Esta tendência ganhava o tom de uma tendência comum que aportava nos países ocidentais, destacando ainda Polanyi que os Estados Unidos aplicavam tarifas mais elevadas que a Alemanha, estimulavam a formação de trustes e subsidiavam a construção de ferrovias de longa distância.

Todos sabemos que essa mudança de rumo culmina, depois de mais de 50 anos, com a publicação de um dos textos mais importantes da teoria econômica, *A teoria geral do emprego, da moeda e dos juros*, de John Maynard Keynes, em 1936, que, independentemente de suas qualidades como construção teórica, consolida o intervencionismo protecionista como a conduta desejável para o Estado capitalista. Sem entrar no mérito do que é o Estado burguês, Keynes chama-o à cumprir um papel que a Economia Clássica jamais ousou sequer listar de forma negativa em seus tratados. Esse papel, que se cristalizava em uma política fiscal agressiva para estimular a demanda efetiva e acenar com expectativas de retorno animadoras para o capital, visava remediar os males causados pela eficiência da lógica do mercado, excluindo as massas do emprego e da renda, fazendo dessa forma muita água no barco da acumulação de capital, por meio de um buraco chamado de realização.

³ De acordo com Polanyi (2000, cap. 8), em 1834, a abolição da Speenhamland Law, que concedia abonos em aditamento aos salários, pelo Parlamento Inglês, representou de fato o nascimento da moderna classe trabalhadora, que, segundo o autor, surgiu na história ao mesmo tempo que a economia de mercado.

Tapado esse buraco, uma embarcação de casco fino em mar revolto, foi surpreendida por outro, em meados dos anos de 1960. O abandono do “Estado mínimo” com a implantação de estratégias do *Welfare State*, do crescimento econômico e do pleno emprego resulta em inflação e crise fiscal. Offe (1984) trata o esgotamento do ciclo de acumulação de capital no pós-guerra, como a crise do *Welfare State Keynesiano* (WSK). Segundo o autor, uma das causas que contribuiu para essa crise, foi o declínio do sistema partidário como forma dominante de participação das massas, em função, principalmente, do surgimento de práticas vinculadas aos movimentos sociais enfatizando as motivações étnicas, regionalistas, ecológicas e feministas. O sistema partidário também foi abalado pela efetivação de arranjos corporativos das corporações funcionais, que combinavam representação com a implementação de políticas por meio de métodos e processos informais. Um terceiro elemento que fragilizou a democracia liberal foi a exclusão da representação, decorrente de limitações de competitividade dentro do próprio sistema partidário, associada ao fortalecimento da disciplina dentro dos partidos e da aplicação de sanções no caso de dissidências. No plano econômico também contribuiu para a crise do WSK o fato de que, embora tenha sido resolvida a questão da estabilização da demanda efetiva, começou a se ampliar o problema da oferta, visto que o WSK funcionava com base em uma suposição falsa, qual seja, de que os problemas que ele é capaz de resolver são os únicos problemas, ou no mínimo os problemas dominantes da Economia Política capitalista.

Uma outra tese sobre o esgotamento da capacidade do Estado intervencionista apoiar o processo de acumulação de capital é apresentada por O’Connor (1977). Segundo este autor, a capacidade intervencionista do Estado no contexto de um capitalismo monopolista, não supera definitivamente a natureza da crise fiscal, que revela a contradição entre o caráter social da produção capitalista e o caráter privado da apropriação, que responde pelas tendências que alimentam a crise fiscal. Para atender necessidades das articulações do capital monopolista, o Estado viabilizou instrumentos que socializaram o custo do capital e das despesas sociais de produção. Em um ambiente político-ideológico favorecido pelas relações fordistas de produção, capital monopolista e trabalho deram apoio ao crescimento dos investimentos e das despesas sociais organizados pelo Estado, pressionando sobremaneira o nível das despesas públicas.

Poderíamos buscar outras teses sobre a crise do Estado intervencionista, mas o que foi apresentado é suficiente para que possamos alinhar nosso Argumento 1 – Nem Estado, nem mercado. Em primeiro lugar, é impossível não reconhecer que o dilema Estado *versus* mercado representa uma dimensão concreta associada à dinâmica da acumulação capitalista. Mais mercado ou mais Estado implicam em diferenças da gestão

macroeconômica, afetando variáveis e processos importantes que orientam as decisões econômicas, influenciando na produção, no consumo e na distribuição da “riqueza das nações”, que atingem a sociedade de forma concreta. Políticas sociais que desenham uma rede de proteção social avançam e recuam conforme a presença mais ativa ou não do Estado no processo de criação e distribuição da riqueza, ou seja, o referido dilema não é inócuo em termos de suas conseqüências ao homem e à sociedade. Por outro lado, o dilema Estado *versus* mercado é falso, se tomarmos essas instituições como uma unidade que alternam suas formas aparentes, mas não se negam como elementos constitutivos da lógica do capital. Disputam aquilo que não está em jogo, ou seja, a hegemonia do capital. E, como formas aparentes, aqui está o ponto, já cumpriram seu papel de empuxar a acumulação capitalista – o mercado em boa parte do século XIX e o Estado nos trinta anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial no século XX.

Desde os anos de 1970, sob o manto do neoliberalismo, o capitalismo vem tentando encontrar uma nova articulação entre Estado e mercado que leva em conta dois limites bem claros: mercado sem *laissez faire* e Estado atuando como um agente econômico ativamente passivo, sem qualquer vergonha na promoção dos interesses capitalistas, conforme tão bem sintetiza Prado (2005: 132-6). Os mercados passam a contar com o zelo das agências de regulação, criadas pelo Estado, para proteger o lucro, mitigando os riscos, como dizem os especialistas em processos de privatização. A oferta de bens e serviços públicos também caminha a largos passos para um enquadramento nessa mesma direção, liberando o Estado para atuar, “sem qualquer vergonha”, na promoção dos interesses capitalistas, concentrando suas forças no desmonte do *Welfare State*, em todas suas instâncias, até o ponto de acentuar o caráter de mercadoria da força de trabalho, reformando a legislação protetora e desmontando ou corrompendo as instituições que organizam as classes trabalhadoras.

De novo um dilema, este sim verdadeiro, central nos objetivos do capitalismo, marca sua presença. Todo o conjunto de práticas neoliberais visa de fato dar sustentação ao processo de valorização do capital, o que não se faz sem comprometer a dinâmica da realização, assim como revigorar esta última, não deixa impune a dimensão da valorização (Mandel, 1982: cap. 18). Com certeza, o neoliberalismo irá ao limite de sua estratégia, mas não se pode vislumbrar mais a possibilidade de reversão cíclica que se verificou no pós-guerra por meio do intervencionismo do Estado, quando o capitalismo ingressava na fase da grande indústria. Não é possível por uma razão muito objetiva, qual seja, o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas desenhou sulcos profundos que marca a exclusão definitiva de parcelas relevantes da força de trabalho das relações de produção capitalista, forma clássica da classe trabalhadora garantir sua

reprodução, bem como excluiu regiões inteiras do planeta dessa possibilidade de inserção. É, em última instância, o esgarçar das relações de produção capitalistas determinando que nem Estado, nem mercado podem dar a estabilidade necessária ao processo de valorização de capital, a não ser como tragédia.

Argumento 2. Nem Estado, nem mercado, nem outras formas estruturais.

O “Estado mínimo” compôs um conjunto de formas estruturais que sustentaram o avanço do capitalismo no século XIX, assim como o “Estado intervencionista” foi a forma de Estado burguês que se adequou às necessidades do processo de acumulação no período do pós-guerra, ao lado, também, de outras formas estruturais. Ao longo do século XIX acompanhavam o “Estado mínimo”: o padrão ouro, como referência determinante da gestão monetária; o mercado como regulador dos salários e ainda o mercado como orientador da alocação dos capitais, conformando um modo de regulação liberal.

No pós-guerra, com o esgotamento da regulação liberal, além do abandono do ideário do “Estado mínimo”, outras formas estruturais foram tecidas pelo capitalismo, compreendendo uma nova forma da gestão monetária e dos mercados de trabalho e de capital, compondo o que convencionamos chamar de “regulação monopolista”. O padrão ouro foi abandonado, passando a prevalecer o dinheiro de curso forçado, ou papel moeda, sendo sua credibilidade como equivalente geral garantida por instituições monetárias, ou bancos centrais, com responsabilidade de gerir a política monetária, controlando a oferta de moeda com a finalidade principal de fazer fluir o processo de valorização do capital com o controle da ameaça da inflação, que representa uma ameaça à credibilidade do dinheiro como equivalente geral. Uma volta ao padrão ouro é inimaginável, se pensarmos na elasticidade que o dinheiro de curso forçado emprestou ao processo de valorização do capital e à evolução do grau de financeirização que o capitalismo monopolista registrou ao longo do século XX, destacando-se o atual estágio de mundialização financeira, sob a égide das práticas neoliberais, refletindo a própria mundialização do processo de valorização do capital.

Nesse contexto de mundialização, a sobrevivência da instituição do dinheiro de curso forçado passa pela necessidade de arranjos regionais amplos, como a criação da zona do Euro, no contexto do continente europeu e da pressão para adoção de planos de estabilização ortodoxos como paradigma de gestão monetária nas Américas, sem deixarmos de registrar que também a criação do Euro não escapa à ortodoxia monetária. Na medida em que essa ortodoxia estimula a dimensão financeira, com um patrulhamento rigoroso sobre a expansão monetária por meio da taxa de juros, o neoliberalismo abraça com força uma linha de política econômica

sabidamente recessiva, o que não representa o melhor dos mundos para o processo de valorização do capital. Escaparam desse comportamento recessivo, justamente os países que desobedeceram aos manuais da economia ortodoxa, como a China e outros países asiáticos. Enfim, não há como retroceder ao padrão ouro e a sustentação do dinheiro de curso forçado nos braços da ortodoxia econômica, que se apresenta como uma forma estrutural tipicamente neoliberal, restringe o processo de acumulação de capital na sua forma clássica, gerando e apropriando-se do excedente no veio da exploração do trabalho vivo, o que não permite atribuir a essa forma estrutural o atributo de ser uma articulação adequada à expansão “sadia” do capital.

Quanto ao mercado em que a oferta e a demanda de força de trabalho se confrontam, definindo o nível dos salários, a hegemonia das leis de mercado predominante do século XIX, sofreu a cunha do intervencionismo com o esgotamento da regulação liberal, perdendo espaço para ações protecionistas vinculadas a uma política de bem estar social. Salários flutuantes ao sabor da oferta e da demanda deram vez a acordos coletivos de trabalho preservando os níveis de salários reais. Políticas sociais voltadas à saúde, à educação e às pensões, já começaram a se manifestar na Alemanha reunificada em 1870, firmando-se como práticas na consolidação do *Welfare State* na Europa no século XX. Com o esgotamento da “regulação monopolista” o ideário neoliberal passa a defender uma mudança de rumo privilegiando novamente a hegemonia do mercado como instituição reguladora do mercado de trabalho.

Cabe destacar que com relação a esse mercado, a orientação neoliberal difere substancialmente da forma como são tratados os mercados regulados pelo Estado dentro da mesma orientação, por sua abstenção de uma participação ativa como produtor de bens e serviços. Enquanto nesses mercados os produtores são protegidos por contratos de longo prazo, com cláusulas que protegem a rentabilidade e mitigam os riscos, o nível dos salários, que definem a participação dos ganhos do trabalho na renda total, são lançados ao sabor da lei da oferta e da demanda, num contexto de arrefecimento desta última, por força das baixas taxas de crescimento do produto e da intensificação do uso de tecnologias poupadoras de força de trabalho. Isto é bom para o capital, num primeiro momento, mas, como já se disse, enquanto o processo de valorização do capital é apoiado por esse conjunto de circunstâncias, a dinâmica da realização é afetada negativamente, pela exclusão e pela deterioração dos salários. O dilema central e verdadeiro do capitalismo, sempre presente.

O movimento de capitais, que também foi orientado fundamentalmente pelo mercado ao longo do século XIX, passa a sofrer, no século XX, a mediação do Estado, dirigindo a aplicação de recursos em setores estratégicos à recuperação da atividade econômica, por meio de concessão

de incentivos creditícios, fiscais e institucionais. Mandel (1982) registra a fuga dos investimentos estratégicos das grandes empresas das normas de alocação ditadas pela competição do mercado, com base na subvenção estatal, no financiamento permitido pela inflação persistente e pela garantia dos lucros monopolistas concedida pelo Estado, por meio de operações acobertadas pela preservação do sigilo bancário e comercial das empresas. Com o advento do neoliberalismo essa situação não retrocede a uma forma estrutural anterior, que pudesse jogar o capital ao desgastante jogo da concorrência clássica. Em primeiro lugar porque o Estado, como Estado burguês, não iria impingir um castigo à classe capitalista, desfalcando-a de facilidades que se institucionalizaram. Em segundo lugar, porque o aprofundamento do processo de concentração de capital significa um fortalecimento deste último perante o Estado, que, além de ter que dar continuidade aos favorecimentos costumeiros tem de passar a apoiar o capital em seu estágio de mundialização, promovendo a abertura comercial, a liberalização dos fluxos financeiros e a desregulamentação da legislação laboral para garantir a ampliação do espaço de geração de mais valia e sua apropriação em escala mundial.

Não se verifica, portanto, neste caso, uma volta aos preceitos liberais, se não, um aprofundamento da relação entre Estado e classe dominante, que não configura uma nova forma estrutural capaz de arejar o processo de valorização de capital sem aprofundar as contradições básicas do modo de produção capitalista. Dessa forma, se considerarmos que o neoliberalismo se esforçou na construção de novas formas estruturais capazes de compor um modo de regulação “novo”, podemos concluir que não obteve sucesso, a não ser sustentar autoritariamente a continuidade do processo de exploração do trabalho e de nações inteiras, no contexto do desenvolvimento desigual, típico do capitalismo. Em outros termos, o capitalismo enreda-se na teia tecida pela sua própria lógica, aguardando nervosamente os ferrões de uma aranha, cujo nome pode ser “barbárie”.

Argumento 3. O esgarçamento das relações de produção e a desmedida do valor.

Já mencionamos ao final das considerações apresentadas para o Argumento 1 – Nem Estado, nem mercado que, em última instância, o esgarçar das relações de produção capitalistas determinam que nem Estado, nem mercado podem dar a estabilidade necessária ao processo de valorização de capital, a não ser como tragédia. Vamos agora aprofundar as reflexões nesse sentido.

Vamos iniciar rememorando a histórica transição do feudalismo para o capitalismo no clássico embate entre Dobb e Pirrenne, ou seja, no confronto entre uma análise fundamentada na concepção materialista da história e outra na concepção idealista, respectivamente.

Para Pirrenne, as expansões demográfica e comercial, esta última em especial, foram as principais responsáveis pelo desmantelamento do sistema feudal. A pressão exercida por esses movimentos sobre a estrutura de produção feudal mostrou sua caducidade histórica. O capitalismo veio a dar a resposta a essas expansões, viabilizando uma oferta de mercadorias ampliada e acolhendo na classe trabalhadora em formação, os indivíduos egressos das unidades produtivas feudais e da malta que se formou à beira da expansão do comércio e da desarticulação da atividade manufatureira. Essa leitura pressupõe o homem processando e elevando as idéias sobre a liberdade individual e sobre a propriedade privada ao nível da consciência, que comandam e explicam as mudanças históricas. Nesta concepção, as idéias são, no fundo, os determinantes das mudanças sociais.

A análise de Dobb leva em conta os movimentos de expansão comercial e demográfica considerados por Pirrenne, atribuindo, entretanto, às mesmas o *status* de condicionantes da desintegração do feudalismo. A razão determinante para a superação do modo de produção feudal não está, entretanto, na força dessas idéias, mas sim na incapacidade das relações feudais de produção suportarem a pressão sobre as mesmas exercidas pelos movimentos postos em marcha pelas idéias liberalizantes bafejadas pelo iluminismo.⁴ Foi o esgarçamento das relações de produção feudais que decretaram a desintegração de um modo de produção secular, e, na força dos condicionantes históricos foram erigidas as novas relações de produção que deram forma ao capitalismo.

É dentro dessa perspectiva que vemos aflorar o estágio moribundo do capitalismo, cabendo aqui os argumentos de Amin (2002) na configuração da senilidade do capitalismo e também os de Mandel (1982) na sua tese sobre o “capitalismo tardio”. Todas as dificuldades que apontamos, do neoliberalismo reconstruir formas estruturais inovadoras, capazes de dar ânimo ao processo de valorização do capital podemos incorporar aos argumentos de Amin e Mandel como fenômenos, ou seja, como manifestações de uma essência contraditória, contra a qual o capitalismo luta, desde seu nascimento, mas das quais não pode se livrar, a não ser se despojar-se de si mesmo, dando vez a uma nova formação social, assentada sobre um novo modo de produção, ou seja, sobre novas relações de produção.

Além desse conjunto de argumentos, podemos acrescentar um outro para identificar o esgarçamento das relações de produção capitalistas: as reflexões que vêm ganhando espaço no meio acadêmico, reportando-se aos

⁴ Dobb (1971: 41), versando sobre a influência dos mercados, destaca: “Essa influência a longo prazo...que a configuração mutável dos mercados exerceu sobre o desenvolvimento econômico, parece ter ocorrido primordialmente através de seu efeito sobre a produção, como um dos fatores **condicionantes** da última, e à parte disso a esfera de comércio não parece ter sido a fonte de qualquer onda poderosa de influência que se tenha espalhado diretamente a partir dali, em círculos amplos por toda a superfície da sociedade” (grifo nosso).

problemas que se evidenciam com mais clareza no estágio da pós-grande indústria que tem sido tratado como a “desmedida do valor”.

De acordo com Prado (2005: 14), o capitalismo ingressa, após a crise dos anos de 1970, numa fase que pode ser chamada de “pós-grande indústria”, que guarda como uma característica marcante, a desmedida do próprio valor, ou seja, nas palavras do próprio autor: “pela negação da possibilidade de cristalização do tempo de trabalho socialmente necessário na produção de mercadorias”. Marx já anunciara essa etapa nos Grundrisse, em clássica passagem, referindo-se ao desenvolvimento da grande indústria, etapa em que:

“...a criação da riqueza real depende menos do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho utilizado, que da potência dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho e, cuja *power full effectiveness* não guarda, por sua vez, nenhuma relação com o tempo de trabalho despendido na produção, mas depende mais do estado geral e do progresso da tecnologia ou da aplicação desta ciência na produção” (Marx, 1985:114).

Ao concluir o *Capitalismo tardio* em 1972, Mandel já elaborava sobre os argumentos da desmedida do valor. Reconhecia o autor a emancipação crescente da força produtiva do indivíduo com relação ao esforço físico e nervoso, passando a depender cada vez mais, por outro lado, do equipamento e do conhecimento técnico ou científico. Isto repercute na fluidez das fronteiras entre o tempo de trabalho e o tempo de trabalho livre e no enfraquecimento da relação entre a atenção e o interesse da atividade e o tempo de trabalho, fortalecendo a relação com a auto-afirmação e a autodeterminação por meio do trabalho coletivo imediato. Em última instância, a consolidação do processo de automação, com a superação do trabalho mecânico repetitivo, acaba com as medidas estritamente quantitativas do tempo de trabalho, que constitui, nos termos do próprio Mandel, “os meios históricos de arrancar de cada produtor a maior quantidade possível de mais-valia” (Mandel, 1982: 406).

Acreditamos que ainda há muito que avançar no campo das reflexões sobre os efeitos da desmedida do valor no processo de valorização do capital, mas, o que prenunciava Marx e o que se tem observado no desenvolvimento mais recente do capitalismo, o processo de valorização do capital, historicamente baseado na expropriação do trabalho alheio, está assistindo a um enfraquecimento dessa base. Mais que isso, revela-se mais uma vez, o esgarçamento das relações de produção capitalistas, a face sempre cruel, mas agonizante do capitalismo moribundo⁵.

Bibliografia

AGLIETTA, M. (1979). *Regulacion y crisis del capitalismo*. Madrid: Siglo XXI.

⁵ Dentro dessa linha de reflexão, podemos indicar também a análise de Oliveira (1988) sobre o surgimento do “antivalor”, associado à constituição do “fundo público”, assunto também tratado por Chauí (2006).

- AMIN, S. (2002). O capitalismo senil. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. nº 11.
- ARRIGHI, G. (1996) *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: Editora Unesp.
- CHAUÍ, M. (2006). *Educação: direito do cidadão e não mercadoria*. Disponível em: <http://www.carb.ufba.br/arquivo> Acesso em: 15 maio.
- DOBB, M. (1971). *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- GORENDER, J. (1989). Introdução – o nascimento do materialismo histórico. In: *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes.
- LENIN, V. (1982). *Imperialismo – fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global.
- MANDEL, E. (1982). *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural.
- MARX, K. (1985). *Grundrisse*. México: Fondo de Cultura Económica. Volume II.
- _____. & ENGELS, F. (1989). *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes.
- OFFE, C. (1989). A democracia partidária competitiva e o “welfare state” keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização. In: *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- OLIVEIRA, F. (1988). O surgimento da teoria do antivalor. Capital, força de trabalho e fundo público. *Novos Estudos Cebrap*, nº 22.
- PIRRENNE, H. (1968). *História econômica e social da idade média*. São Paulo: Editora Mestre Jou.
- POLANYI, K. (2000). *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus.
- PRADO, E. (2005). *Desmedida do valor – crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã..
- STEINDL, J. (1983). *Maturidade e estagnação no capitalismo americano*. São Paulo: Abril Cultural.